

IFRS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: CONHECIMENTOS E HABILIDADES REQUERIDOS AO PROFISSIONAL CONTÁBIL NA PERCEPÇÃO DE MESTRANDOS E DOUTORANDOS DOS PPGCCS¹

IFRS FOR SMALL AND MEDIUM COMPANIES: KNOWLEDGE AND SKILLS REQUIRED TO PROFESSIONAL ACCOUNTING IN PERCEPTION OF PPGCC's MASTERS AND DOCTORAL STUDENTS

IFRS PARA LAS PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS: CONOCIMIENTOS Y HABILIDADES NECESARIAS A LA CONTABILIDAD PROFESIONAL EN LA PERCEPCIÓN DE ESTUDIANTES DE MAESTRÍA Y DOCTORADO DE LOS PPGCCS

Abimael de Jesus Barros Costa, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Transportes do Departamento de Engenharia Civil da UnB/FT, Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília UnB (2011). Endereço Profissional: Prédio da FACE, Bloco B1, sala 13, Campus Darcy Ribeiro, Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias, Universidade de Brasília-UnB, Brasília, DF – Brasil, CEP 72238-100. Telefones: 3107-0795/96/97/98 - Fax: 3107-0800. E-mail: dcca@unb.br/acosta@unb.br.

Edilson Paulo, Doutor em Ciências Contábeis pela USP, Professor da Universidade Federal da Paraíba. Endereço Profissional: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, PB – Brasil, CEP 58051-900. E-mail: e.paulo@uol.com.br.

RESUMO

O objetivo do presente estudo é identificar, na percepção de mestrandos e doutorandos em ciências contábeis, quais conhecimentos e habilidades são necessários para que um profissional contábil tenha condições de aplicar os normativos IFRS para pequenas e médias empresas. Para tanto, optou-se em aplicar questionários para obter os resultados da investigação. Os resultados, de acordo com a percepção da maioria dos respondentes, demonstram que os conhecimentos em teoria da contabilidade, ética nos negócios e contabilidade internacional são importantes para o profissional contador. Os respondentes indicaram ainda a necessidade de que o profissional contábil compreenda as atribuições do IASB – *International Accounting Standards Board*, CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CFC – Conselho Federal de Contabilidade, RFB – Receita Federal do Brasil e CVM – Comissão de Valores Mobiliários, que tenha uma boa capacidade de análise e síntese, e que participe de programas de educação continuada. Constatou-se ainda que, por mais que a grande maioria dos respondentes não possuam um elevado conhecimento sobre os IFRS aplicáveis às pequenas e médias empresas, eles consideram importante a adoção das normas internacionais nas PMEs.

¹ Artigo submetido em 25/01/2014, revisado em 04/02/2014, aceito em 19/02/2014 e divulgado em 01/05/2014 pelo Editor João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento, após *double blind review*.

Palavras-chave: IFRS; Convergência; Pequenas e Médias Empresas; Ensino.

ABSTRACT

The aim of this study is to identify, in the perception of masters and doctoral students in accounting, which knowledge and skills are necessary for an accounting professional be able to use the norms of “IFRS” to small and medium companies. To this end, we opted to apply questionnaires to obtain that results. According to the perception of most respondents, we identify that knowledge in accounting theory, business ethics and international accounting are important for the professional accountant. Respondents also indicated the need for the accounting professional to understand the functions of the IASB - International Accounting Standards Board, CPC - Accounting Pronouncements Committee, CFC - Federal Accounting Council, RFB - Federal Revenue of Brazil and CVM - Brazilian Securities Commission, also is expected a good capacity of analysis and synthesis, and participacin in continuing education programs. It was found also that for more than the vast majority of respondents do not have a high awareness of the standard of “IFRS” applicable to small and medium business, they consider important the adoption of international standards in to small and medium companies.

Keywords : IFRS , Convergence; Small and Medium Enterprises; Education.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es identificar, en la percepción de los estudiantes de maestría y doctorado en contabilidad, los conocimientos y habilidades que se requieren para un profesional de la contabilidad puede se capaz de aplicar la “IFRS” para las pequeñas y medianas empresas. Se optó por aplicar cuestionarios para obtener resultados de la investigación. Los resultados, de acuerdo a la percepción de la mayoría de los encuestados, demuestran que el conocimiento de la teoría de la contabilidad, la ética empresarial y la contabilidad internacional son importantes para el profesional de la contabilidad. También hay la necesidad de que el profesional de la contabilidad entender las funciones del IASB - International Accounting Standards Board, CPC - Comité de Pronunciamientos de Contabilidad, CFC - Consejo Federal de Contabilidad, RFB - Ingresos Federales de Brasil y la CVM - Comisión de Valores de Brasil, que tiene una buena capacidad de análisis y síntesis, y participar en programas de educación continua. Se encontró también que durante más de la gran mayoría de los encuestados no tienen una alta conciencia de la norma de la “IFRS” aplicable a las pequeñas y medianas empresas, que consideran importante para la adopción de normas internacionales en las pequeñas y medianas empresas.

Palabras clave : IFRS; Convergencia; Pequeñas y Medianas Empresas; Educación.

1. INTRODUÇÃO

As novas diretrizes curriculares nacionais do curso de ciências contábeis implantadas por intermédio da Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE n.º 10/04 e das recomendações contidas do ofício n.º 862 CFC, a partir de 2006, para cursos semestrais, e em 2007, para cursos anuais, recomendaram a inclusão da disciplina de contabilidade internacional e de língua estrangeira nas grades curriculares das instituições de ensino superior.

G&Cont, v. 1, n. 1, Floriano-PI, Jan-Jun. 2014.

Após a publicação da Lei 11.638 de 27 de dezembro de 2007, que trata sobre ajustes à Lei das Sociedades Anônimas quanto à convergência internacional, existe a necessidade da discussão desta convergência além da disciplina de contabilidade internacional, considerando que várias disciplinas precisam introduzir aspectos da convergência internacional, como por exemplo, o *impairment* (teste de recuperabilidade dos ativos). Corroborando com esta afirmação Weffort, Vanzo e Oliveira (2005, p. 09) deixam claro que:

[] o fato de poucos professores estarem preparados para discutir aspectos internacionais de finanças, gestão, auditoria, sistemas de informação ou impostos é, também, devido aos livros adotados raramente incluírem essa abordagem internacional, salvo textos ocasionais sobre aspectos de Contabilidade Internacional.

De certa forma, a discussão sobre as normas internacionais editadas pelo IASB não é recente aqui no Brasil, pois, o Banco Central do Brasil – BACEN, em 2005, anunciou que a sua contabilidade estava sendo preparada para convergir às normas e práticas editadas pelo IASB. Neste período foi constituído, no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC que reúne em colegiado várias instituições no intuito de discutir a convergência internacional.

As alterações na Lei 6.404/76, que é aplicável as Sociedades Anônimas e demais sociedades, incluíram as sociedades de grande porte sob responsabilidade da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A convergência das normas e práticas à contabilidade internacional é complexa e aplica-se diretamente para operações das companhias abertas que tem suas ações negociáveis em bolsa, para instituições financeiras que necessitam negociar os seus instrumentos financeiros e de forma mais simples às demais empresas.

O IASB, em julho de 2009, publicou um normativo aplicado a pequenas e médias empresas, *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-Sized Entities (IFRS for SMEs)*. No mesmo ano em outubro de 2009, o CPC e o CFC ofereceram audiência pública conjunta sobre minuta do pronunciamento a respeito de IFRS para pequenas e médias empresas, com o intuito de obter aprovação, ainda no corrente ano, visando facilitar a aplicação das normas e práticas contábeis internacionais para estas empresas a partir de 2010.

Diante desse contexto, esta pesquisa respondeu a seguinte problemática: na percepção de mestrandos e doutorandos em ciências contábeis, quais conhecimentos e habilidades são necessários para um profissional contábil ter condições de aplicar os IFRS para pequenas e médias empresas?

A importância desse questionamento resulta da demanda de profissionais da área contábil, que atuam especificamente com pequenas e médias empresas, em obter conhecimentos e habilidades para realizar os ajustes exigidos pelas normas internacionais, por intermédio do IFRS para as pequenas e médias empresas.

Nesse sentido, Weffort (2005) e Niyama (2005) afirmam que o sistema educacional profissional contábil seria um dos aspectos que poderia afetar o alinhamento do Brasil ao processo de convergência internacional, considerando que muitos cursos de graduação em ciências contábeis não tinham nenhuma disciplina que abordasse temas sobre contabilidade internacional ou convergência das normas e práticas internacionais.

Para isso, conforme Gomes *et al.* (2008), novas abordagens e metodologias de ensino da contabilidade são necessárias à maior discussão da temática sobre convergência, harmonização e adequação da contabilidade brasileira à nova realidade internacional. Assim, pesquisas que abordem conteúdos sobre ensino serão importantes para que o profissional contábil desenvolva conhecimentos e habilidades que até então não se aplicava, considerando

que a realidade da contabilidade brasileira para pequenas e médias empresas é o atendimento a legislação tributária.

O presente estudo justifica-se pela carência de estudos focados no tema abordado e a atualidade da temática proposta, podendo estimular pesquisas futuras, possibilitando a criação e revisão dos currículos de cursos de graduação em ciências contábeis.

Para tanto, a pesquisa distribui-se em cinco seções: na primeira introduz-se o tema; na segunda, apresenta-se a fundamentação teórica, separada em três subseções que abordam o conceito de IFRS e das pequenas e médias empresas, bem como, a importância do ensino da contabilidade; na terceira, consta a metodologia da pesquisa; na quarta, analisam-se os resultados obtidos, separada em três subseções: o perfil dos respondentes, os conhecimentos e habilidades do profissional; e na quinta e última seção, tecem-se considerações finais.

Em apêndice, encontra-se o endereço eletrônico para acesso ao questionário aplicado aos mestrandos e doutorandos vinculados aos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis associados à Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O que são os IFRS?

O desenvolvimento da contabilidade está associado com o da sociedade, evoluindo de um sistema rudimentar para um estágio mecânico e deste para um estágio tecnológico. A partir da globalização dos negócios internacionais surgiu a necessidade de uma linguagem financeira compreensível, confiável, de forma que os investidores pudessem identificar os aspectos de mensuração e evidenciação contábil de forma coesa, para subsidiar suas decisões.

Segundo Sá (1997, p.175):

[] os efeitos normativos sobre registros e demonstrações contábeis cresceram à medida que se ampliou a utilização da Contabilidade como veículo de informação de investimentos e transações comerciais, em áreas mais amplas, ou seja, nos mercados comuns e no fenômeno dito ‘globalização’ que foi defluente da pressão das Nações mais desenvolvidas para a colocação de seus produtos mundialmente, vencendo as barreiras protecionistas.

Assim, as normas e as práticas contábeis não podem ser isoladas, pois elas não apenas são afetadas pelo ambiente, como também o afetam. Várias razões justificam as diferenças entre as normas e práticas da contabilidade como o tipo de sistema financeiro, o tamanho da profissão contábil, o sistema fiscal e valores culturais (WEFFORT, 2005).

Dessa forma, a convergência internacional pode facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados de capitais estrangeiros, reduzindo o custo da elaboração das demonstrações financeiras. Inúmeros organismos internacionais de normatização da área contábil contribuíram ao longo do século XXI para que normas e práticas internacionais de contabilidade financeira fossem adotadas por sociedades multinacionais.

Em 1973, o *International Accounting Standards Committee* - IASC foi criado por ocasião do Congresso Internacional de Contadores em Melbourne (Austrália), sendo fundado pelos seguintes países: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Grã-Bretanha, Irlanda e os Estados Unidos da América (NIYAMA, 2005).

De 1975 a 1984, o IASC buscou apoio de outros organismos internacionais formando um grupo consultivo, que logo depois contou com o ingresso do *Financial Accounting Standards Board* – FASB, o órgão responsável pela normatização da contabilidade norte-americana formado neste período, da Comissão Européia e do *International Federation of Accountants* - IFAC. Em 1995, o IASC concentrou-se na revisão das *International Accounting Statements* - IAS existentes e na elaboração de novas, com o intuito de obter o apoio da *International Organization of Securities Commssion*- IOSCO para a consequente adoção das normas internacionais para as companhias listadas nas Bolsas de Valores.

Em 1999, após uma radical reestruturação do IASC, acaba a vinculação com IFAC ao grupo e este fato marca o início da formação do IASB, que é um órgão privado sem fins lucrativos, tornando-se o principal organismo internacional de pronunciamentos de normas e práticas internacionais de contabilidade financeira e tem suas normas, os IFRS, elaboradas com independência.

[...] se pertencentes a empresas, os membros do board devem se desligar em caráter definitivo; se forem profissionais de firmas de serviço, devem se afastar do contrato social; e se atuarem como professores, devem obter licença para afastamento de duas obrigações, reduzindo suas atividades acadêmicas a participações de caráter esporádico (WEFFORT, 2005, p. 74).

Em sua estrutura, os membros dos *board* passaram a totalizar 14, sendo 12 com dedicação integral e exclusiva e os dois últimos com dedicação de tempo parcial. Um dos seus objetivos foi desenvolver um único conjunto de normas internacionais de contabilidade de alta qualidade, inteligíveis, transparentes e comparáveis e, ainda, promover o uso e aplicação dessas normas, bem como a convergência das normas locais às internacionais.

Os IFRS não têm caráter compulsório, mas têm uma referência facultativa para facilitar a interpretação das demonstrações financeiras. Os países-membros da União Européia, desde o ano de 2005, adotaram as normas e práticas do IASB. Todas as empresas, que tenham ações negociadas em Bolsas de Valores, sediadas no bloco econômico devem apresentar demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as normas e práticas internacionais de contabilidade financeira internacional. De acordo com a KPMG (2006, p.23), a adequação “representou mais transparência e redução de custos às empresas, sinalizando, ainda, para a formação de um só mercado de capitais da Europa”.

As normas internacionais são desenvolvidas na sequência de um processo de consulta internacional, envolvendo indivíduos e organizações interessadas de todo o mundo e, ainda, contam com apoio de um conselho consultivo externo, o *Standards Adviosy Committee* – SAC.

No Brasil, a adoção dos IFRS concretizou-se com a publicação da Lei 11.638/07 conforme disposto no Art. 5º que altera o Art. 10-A da Lei 6.385 de 07 de dezembro de 1976:

[...] Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Desde sua criação, o CPC editou, até dezembro de 2009, quarenta pronunciamentos técnicos, além do pronunciamento conceitual básico. Estes pronunciamentos estão convergidos com as normas e práticas editadas pelo IASB, as quais foram debatidas em audiências públicas e referendados por órgãos como o BACEN, o CFC, a CVM, a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres e a ANS – Agência Nacional de Saúde.

Dentre os pronunciamentos publicados, está o de pequenas e médias empresas referendando pela resolução CFC n.º 1255 de 10.12.2009 aprovando a NBCT 19.41, que trata da contabilidade para pequenas e médias empresas com efeitos a partir de 2010. A norma aborda, entre outros, os seguintes conteúdos: apresentação das demonstrações contábeis; demonstrações financeiras; notas explicativas às demonstrações contábeis; políticas contábeis; estimativas e erros; instrumentos financeiros básicos; *joint venture*; *goodwill*; combinação de negócios e redução ao valor recuperável de ativos, passando a ser de observância obrigatória para os profissionais da contabilidade no Brasil.

2.2. Conceito de Pequenas e Médias Empresas - PME

O Código Comercial Brasileiro, no art. 174, tipifica as sociedades comerciais, independente do seu objeto em: sociedades em nome coletivo, em comandita, por quotas e anônimas. Iudícibus, Marion, Pereira (2003, p. 218-219) exemplificam as sociedades anônimas ou por ações como sendo “Empresa Aberta; Empresa Fechada; Sociedade de Capital Autorizado; Sociedade de Economia Mista.”

A Lei 6.404/76, além de ser aplicada nas sociedades anônimas, é aplicável também nas demais sociedades, inclusive as pequenas e médias empresas. Entre os assuntos abordados pela lei estão: o exercício social, às demonstrações financeiras, lucro, reservas e dividendos.

As pequenas e médias empresas contribuem para a economia, ganhando força no mercado globalizado perante o poder das grandes companhias. No Brasil não existe um conceito específico para pequenas e médias empresas, porém, diversos órgãos públicos, como por exemplo, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Receita Federal do Brasil – RFB classificam as PME’s por número de pessoas ocupadas ou pela receita bruta anual (CESTARI JUNIOR, 2002, p. 28-30).

De acordo com a demografia das empresas brasileiras, apresentada pelo IBGE, em 2006, a partir do Cadastro Central de Empresas – Cempre, as micros, pequenas e médias empresas correspondem a mais de 99% do total de empresas, sendo as micros, as que representam o maior percentual de 92,2% do total. As empresas empresariais, conforme o IBGE, representam 89,8% das empresas e organizações brasileiras.

Destarte ao fato, o pronunciamento CPC relativo à contabilidade para PME’s exclui da definição destas empresas as companhias abertas e sociedades de grande porte, reguladas pela CVM, instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN e as sociedades reguladas pela SUSEP. A norma referendada pelo CFC não se aplica a entidades que tenham obrigação de prestar contas ou divulgar publicamente suas demonstrações contábeis para fins gerais.

Contribuindo com a definição, o CPC clarifica, ainda, que as sociedades por ações fechadas, sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado, mesmo que sejam obrigadas a publicar as suas demonstrações contábeis, são enquadradas, para fins do Pronunciamento, como PME, desde que não alcançadas pela Lei das Sociedades Anônimas como sociedade de grande porte, neste caso, regulamentadas pela CVM, sendo obrigadas a observar os IFRS completos.

As pequenas e médias empresas não poderão seguir o pronunciamento se seus instrumentos de dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado de ações; se estiverem em processo de emissão de tais instrumentos para negociação em bolsas de valores ou mercado de balcão; se a entidade possuir ativos em uma condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios, afirma o CPC.

Segundo Tibúrcio (2010), afirmar que micros e pequenas empresas irão adotar o padrão internacional por trazer mais eficiência de gestão, competitividade e redução de custos ao longo de tempo “é questionável e sem comprovação”, considerando que as PME’s “não adotam o regime de competência” e provavelmente “não adotarão o IFRS” no curto prazo.

Assim, o IFRS para pequenas e médias empresas, editado pelo IASB, poderá ser implementado por vários países pelo mundo, contudo, o ponto de discussão é a adaptação cultural desses países, visto que existe grande diversidade cultural entre eles. O Brasil já implantou a norma para PME’s, mesmo sem uma lei específica sobre o assunto. Os Estados Unidos da América – EUA ainda discutem com cautela a implantação dos IFRS para PME’s, visto que a mudança cultural está relacionada com as divergências entre os IFRS e os *United States Generally Accepted Accounting Principles* – US GAAP (ALCANTARA, 2009, 2010).

2.3. A Importância do Ensino da Contabilidade

O ensino da contabilidade tem a sua importância registrada em grandes momentos na evolução da sociedade. No Brasil, a chegada da família Real, em 1808, mudou a sociedade da época, influenciando a participação de profissionais nas Aulas de Comércio. Em meados do século XIX, além da cultura cafeeira, o surgimento do Código Comercial e da Lei n.º 1083, de 22 de agosto de 1860, considerada a primeira Lei das Sociedades por Anônimas, o governo começou a dar mais atenção à gestão dos negócios, dando origem, posteriormente, a diversas Escolas de Comércio, como por exemplo, Escola de Comércio Álvares Penteado e Escola Politécnica de São Paulo.

A criação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA/USP, em 1946, com adoção do modelo didático norte-americano, revolucionou o ensino marcado pela influência da Escola Norte-Americana, em relação à Escola Européia. A publicação da Lei 6.404/76, com características anglo-saxão, é considerada mais um marco histórico, onde a FEA/USP ajudou com a publicação do livro *Contabilidade Introdutória*, que foi amplamente utilizado nos cursos de graduação em Ciências Contábeis brasileiros (PELEIAS *et al.*, 2007).

Com o Plano Real, em 1994, inicia-se a estabilidade inflacionária e, no ensino superior em contabilidade, ocorreram mudanças que permitiram às instituições de ensino alterações nas grades curriculares de forma a atender as necessidades e demandas dos alunos, do mercado e da sociedade. Para que o profissional contábil possa desempenhar suas atividades de maneira adequada, o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades e dos conhecimentos são necessários (WEFFORT; VANZO; OLIVEIRA, 2005; PIRES, OTT, 2008)

Quadro 1 – Competências e Habilidades do Profissional Contábil

PROFISSIONAL	INSTITUIÇÕES
--------------	--------------

CONTÁBIL	NACIONAIS CNE e CFC	INTERNACIONAIS IFAC, AICPA, AECC e ISAR/UNCTAD
CONHECIMENTOS	Teoria da Contabilidade; Atividades Atuariais; Informações Governamentais; Informações não Governamentais; Auditoria, Perícia e Arbitragem; Contabilidade Internacional; Administração, Economia e Direito; Negócios e Mercado Financeiro; Estatística e Métodos Quantitativos; Tecnologia da Informação.	História do Pensamento Contábil; Contabilidade básica, financeira e gerencial; Auditoria, Perícia, Direito Comercial e Tributação; Administração de recursos e comportamento organizacional; Ética profissional; Relatórios e Pareceres; Sistemas de Informações Contábeis; Marketing e Negócios Internacionais; Perspectiva Internacional e Global; Tecnologia da Informação.
HABILIDADES	Visão sistêmica e interdisciplinar; Capacidade de elaborar pareceres e relatórios; Aplicar de maneira adequada a legislação; Liderar equipes multidisciplinares; Execer com ética e proficiência as atribuições; Exercer suas responsabilidades demonstrando domínio das funções contábeis.	Comportamento ético; Localizar, organizar, obter e compreender informações; Capacidade de perguntar, pesquisar e de pensar de forma lógica e analítica; Identificar e solucionar problemas; Iniciativa, influência e auto-aprendizagem; Capacidade de se adaptar e de se antecipar às mudanças; Interagir com pessoas cultural e intelectualmente diferentes; Liderança e comunicação.

Fonte: adaptado de Weffort, Vanzo e Oliveira, (2005) e Pires e Ott (2008)

Weffort, Vanzo e Oliveira, (2005) e Pires e Ott (2008) apresentaram nas suas pesquisas os conhecimentos e habilidades característicos dos profissionais da área contábil, demonstrados no Quadro 1, indicados por instituições nacionais, como o Conselho Nacional de Educação – CNE e o CFC e internacionais, como o IFAC, o *American Institute of Certified Public Accounting* – AICPA, o *Accounting Education Change Commission* – AECC e o *International Standards of Accounting and Reporting* – ISAR/UNCTAD. Essas características nacionais e internacionais foram utilizadas como base para a elaboração do questionário que foi utilizado para coleta dos dados na pesquisa.

Espera-se que a convergência contábil a um padrão internacional facilite a captação de recursos em diversos países, visto que as demonstrações contábeis serão comparáveis e os profissionais da área contábil devam buscar constante aperfeiçoamento dos seus conhecimentos e habilidades e o sistema educacional deve estar voltado para a nova realidade sócio-econômica internacional.

Faz-se necessário, nesse sentido, a busca ao aperfeiçoamento, no que tange demanda de uma nova formação dos profissionais exigida com a convergência das normas internacionais de contabilidade conforme afirma Barth (2008, p. 1161):

[...] Falta ensinar aos alunos sobre o papel crucial do julgamento da informação financeira que tem um efeito potencialmente insidioso sobre a prática da contabilidade. Simplesmente, ensinar os estudantes atuais regras de contabilidade aumenta o risco de atrair pessoas erradas a profissão.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, segundo Silva (2003, p. 65) a pesquisa exploratória e descritiva “é realizada em área no qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado e tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população”.

Para obtenção dos dados optou-se como procedimento a confecção de questionário, elaborando perguntas de estimacão ou avaliacaão, que consistem em emitir um julgamento através de uma escala com vários graus de intensidade para um mesmo item e perguntas abertas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões (LAKATOS; MARCONI 1991, p. 204-6).

O conteúdo do questionário abrange, na primeira parte, os dados do entrevistado como qual instituição de ensino ele tem vínculo, estado de vínculo profissional, sexo, idade e se participa ou participou como discente ou docente de algum Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Ciências Contábeis em nível de Mestrado e Doutorado.

Na segunda parte, verificou-se como o respondente classifica os seus conhecimentos sobre IFRS para pequenas e médias empresas; como ele classificaria os conhecimentos necessários em teoria da contabilidade, negócios e mercado financeiro, métodos quantitativos, ética nos negócios, políticas econômicas, legais, sociais e tecnológicas, forças culturais e seus reflexos na contabilidade, contabilidade internacional e tecnologia da informação, e; como ele classificaria os conhecimentos necessários referentes aos seguintes órgãos nacionais e internacionais: IASB, CPC, UNCTAD, CFC, IFAC, RFB, FASB e CVM.

Ainda, na segunda parte, abordou-se como o respondente classificaria as habilidades necessárias a um profissional: capacidade de entendimento, análise e síntese, busca de conhecimento técnico e geral, antecipação e adaptação às mudanças e comunicação formal e informal; se o respondente considera importante a adoção de IFRS simplificado para pequenas e médias empresas; entre os temas abordados no IFRS simplificada, quais temas deverão afetar mais substancialmente as empresas, oferecendo até cinco opções para escolha, e; por fim, duas questões abertas, sendo uma a respeito das dificuldades para adoção do IFRS simplificado e a outra sobre o que poderia sanar as dificuldades encontradas.

Duas variáveis foram utilizadas: (i) importância atribuída pelos respondentes aos conhecimentos requeridos para aplicar os IFRS para pequenas e médias empresas; e (ii) habilidades cognitivas e psíquicas do profissional contábil para aplicar os IFRS para pequenas e médias empresas. No tratamento dos dados, a amostra total será segregada em duas sub-amostras, uma composta pelos respondentes mestrandos/mestres e a outra composta de doutorandos/doutores.

Marconi e Lakatos (1991, p. 203) ressaltam que “depois de redigido, o questionário precisa ser testado antes de sua utilização definitiva, aplicando-se alguns exemplares em uma pequena população escolhida”. Com esse propósito, o questionário foi submetido a sete prováveis respondentes, sendo cinco mestrandos e dois doutorandos. Neste momento, além do preenchimento, foram recebidas as sugestões e várias contribuições para o aprimoramento do mecanismo de coleta dos dados. Desse teste resultou a reformulação da redação de algumas questões que contribuiu para a melhor compreensão dos respondentes.

O questionário foi aplicado durante trinta dias. Para aplicação foi utilizada a ferramenta *Google Docs*, que disponibiliza *online* os dados do questionário, podendo ser enviado por e-mail aos prováveis respondentes que por intermédio da internet respondem e os dados são automaticamente registrados na base de dados que é formada a cada contribuição.

Aplicou-se o questionário a uma população de 230 (duzentos e trinta) prováveis respondentes vinculados aos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis ofertados pelas Instituições que são associadas à ANPCONT. A versão revisada do questionário contém 15 questões, sendo 7 questões destinadas as características do respondente e 8 questões destinadas ao estabelecimento das variáveis da análise. Dos questionários enviados por e-mail, foram recebidas 60 respostas, o que corresponde 7,5 respostas por questão, excluindo as questões de identificação. Se considerado somente as questões relacionadas diretamente com a percepção dos respondentes quanto aos conhecimentos e habilidades, que são 3 questões, alcança-se uma média de 20 respondentes por questão.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Perfil dos Respondentes

Os mestrandos e doutorandos respondentes estão vinculados academicamente a uma das instituições que possuem Programa de Pós-graduação-PPGCC vinculado à ANPCONT. Dos respondentes 27 são mestrandos e 33 são doutorandos. Do quantitativo total, 32% (19) são da Universidade de Brasília – UnB, 22% (13) são da Universidade de São Paulo – USP, 18% (11) são da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 13% (8) são da Universidade do Rio Grande do Norte - UFRN, 3% representa a quantidade de dois respondentes para cada uma das seguintes instituições: Centro Universitário Álvares Penteado – UniFECAP; Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE; Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e 2% representa a quantidade de um respondente para cada uma das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Universidade de São Paulo – Campi Ribeirão Preto; Universidade Federal do Ceará - UFC.

Os respondentes têm vínculo profissional nos seguintes estados: 25% (15) no Distrito Federal, 20% (12) na Paraíba, 17% (10) em São Paulo, 15% (9) no Rio Grande do Norte, 5% (3) no Espírito Santo, 3% (2) na Bahia; em Pernambuco; no Rio de Janeiro e 2% (1) no Ceará; em Goiás; em Minas Gerais; no Piauí e no Acre.

Os respondentes do sexo masculino representam 78% (47) e os do sexo feminino representam 22% (13) da amostra. A idade média dos respondentes é de 35 anos, sendo a máxima de 67 anos e a mínima de 22 anos. Da amostra 22% (13) participa ou participou como docente de algum Programa de Pós-graduação Strictu Sensu em Ciências Contábeis em nível de mestrado e doutorado.

4.2. Conhecimentos e Habilidades do Profissional

Após a caracterização dos respondentes, seis perguntas de estimativa e duas perguntas abertas estão relacionadas direta ou indiretamente a respeito dos conhecimentos e habilidades dos profissionais da área contábil quanto à aplicação do IFRS para pequenas e médias empresas.

Aos respondentes foi perguntado como eles classificariam os seus conhecimentos sobre IFRS para pequenas e médias empresas e eles responderam que: 8% (5) não tinham nenhum conhecimento; 35% (21) tinham pouco conhecimento; 30% (18) tinham razoável conhecimento; 19% (11) tinham bom conhecimento; 8% (5) tinham muito bom. Essa questão teve o objetivo de coletar dados a cerca da percepção dos respondentes a respeito da norma para PME's editada recentemente.

Observa-se, portanto, que os respondentes não possuem um conhecimento 'alto' sobre IFRS para pequenas e médias empresas, entretanto, ressalta-se que, esse percentual alto *G&Cont, v. 1, n. 1, Floriano-PI, Jan-Jun. 2014.*

de respondentes com pouco conhecimento sobre o tema não interfere nos resultados obtidos com o estudo, uma vez que o questionário não foi estruturado para seus conhecimentos, mas sim, sobre suas percepções para que o profissional contábil possa aplicar as normas de IFRS para PME's.

Quando questionados sobre os conhecimentos necessários que um profissional da área contábil deveria ter, levando em consideração a necessidade de aplicação do IFRS para pequenas e médias empresas, infere-se das respostas que eles consideram que: 53% (32) teoria da contabilidade é muito boa; 47% (28) negócios e mercado financeiro são bons; 33% (20) métodos quantitativos é razoável; 62% (37) ética nos negócios é muito boa; 43% (26) políticas econômicas, legais, sociais e tecnológicas são bons; 42% (25) forças culturais e seus reflexos na contabilidade são bons; 45% (27) contabilidade internacional é muito boa; 47% (28) tecnologia da informação é boa. Logo, a ênfase deve ser dada ao conhecimento em teoria da contabilidade, ética nos negócios e contabilidade internacional, cuja predominância de respostas refere-se à percepção de um conhecimento 'muito bom' para o profissional.

Acerca dos conhecimentos sobre as atribuições de órgãos nacionais e internacionais, verificou-se que a maioria dos repondentes considera necessário, vez que assinalaram como 'muito bom', o conhecimento sobre o IASB, CPC, CFC, RFB e CVM. Já o conhecimento sobre as atribuições do UNCTAD, IFAC e FASB não foram considerados de grande importância, pelos respondentes, aos profissionais da área contábil que irão aplicar os IFRS para pequenas e médias empresas.

De acordo com as respostas do questionário, pôde-se verificar ainda que os respondentes consideram necessário que o profissional possua uma capacidade de entendimento, análise e síntese; busque um conhecimento técnico e geral; se antecipe às mudanças; e tenha uma boa comunicação, tanto formal como informal. Os respondentes consideram ser de muita importância que o profissional possua tais habilidades, correspondendo respectivamente a 73% (44), 55% (33), 55% (33) e 53% (32).

Ao considerar a importância da adoção dos IFRS simplificados e analisar que as normas internacionais privilegiam a essência sobre a forma, 84% (50) dos respondentes consideram importante (grau 4) ou muito importante (grau 5). Parte-se da premissa que as normas internacionais atribuem alto grau de subjetividade para os profissionais que, por muitas vezes, podem não estar aptos para interpretá-las.

Acredita-se ainda que, nos casos de empresas de grande porte, essa 'aptidão' seria reduzida, tendo em vista, a qualificação dos profissionais que atuam nessas empresas. Mesmo assim, pôde-se verificar que apenas 16% dos respondentes não consideram importante essa adoção pelas MPE's.

Entre os temas abordados no IFRS simplificado para pequenas e médias empresas, os respondentes indicaram quais são os temas abordados na norma que mais, substancialmente, deverão afetar as empresas.

Constatou-se que a apresentação das demonstrações financeiras apareceu em primeiro e segundo lugar, indicado respectivamente por 42% (25) e 10% (6); o ativo imobilizado em terceiro lugar, indicado por 17% (10); o ativo imobilizado e o passivo e patrimônio líquido, em quarto lugar, indicados por 15% (9) cada, e, por fim; as políticas contábeis, estimativas e erros, indicado em quinto lugar por 13% (8) dos respondentes. Assim, foram citados apenas o tema mais indicado pelos respondentes para cada um dos cinco campos, isto é, de todos os vinte e seis temas possíveis, a apresentação das demonstrações, o ativo imobilizado, o passivo e o patrimônio líquido e as políticas contábeis foram considerados os que mais poderão afetar as empresas.

No Quadro 2, encontra-se a percepção dos respondentes quanto às prováveis dificuldades a serem enfrentadas por um profissional da área contábil neste momento de adoção do IFRS simplificado, bem como as sugestões que podem sanar as dificuldades relatadas. Este quadro foi construído baseado na análise das respostas das questões abertas 14 e 15 do questionário.

Quadro 2 – Dificuldades e sugestões para sanar a aplicação do IFRS para PME'S

DIFICULDADES	SUGESTÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Entendimento de toda a norma; • Os profissionais não têm forte formação teórica; • A não obrigatoriedade de utilização do IFRS para PME'S; • Dificuldade de comunicação formal e informal; • Mudança de cultura contábil; • Falta de informação do empresário para o contador; • Dificuldades no processo de mensuração contábil; • Falta de material didático para compreender as normas; • Falta de capacitação e adequação a nova realidade contábil; • Mensurar a <i>fair value</i> e aplicação do <i>impairment</i>; • Mudança na cultura da gestão das empresas; • O principal foco da convergência são as grandes empresas; • Adequação das instituições de ensino às mudanças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhor qualificação/treinamento do profissional contabilista; • Trabalho em conjunto entre o CFC/CPC e os Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis; • Reformulação das grades curriculares das Universidades, adequando-se ao novo perfil do profissional; • Política nacional com intuito de conscientizar os empresários dos benefícios do IFRS para PME's; • Educação contábil continuada; • Envolvimento dos CRC's em palestras e treinamentos para o profissional contabilista; • Discussão a respeito dos processos que foram simplificados em comparação aos IFRS completos; • Produção de livros-textos e estudos de casos que expliquem os itens da nova norma; • Busca de conhecimento interdisciplinar em áreas como finanças, estatística e microeconomia; • Tornar a norma IFRS para PME's de observância obrigatória; • Conscientização da importância da adoção dos IFRS para as empresas, bem como para a sociedade; • Necessidade de adequação da regulamentação fiscal às demandas impostas pelo IFRS para PME's.

Fonte: elaborado pelos autores

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contabilistas estão vivenciando grandes mudanças nas normas e práticas da profissão contábil. A necessidade dos investidores em reconhecer uma contabilidade única, no mundo inteiro, está demandando do profissional contábil novos conhecimentos e habilidades. A contribuição da pesquisa está inserida neste contexto, de convergência das normas e práticas internacionais da ciência contábil.

Os IFRS para pequenas e médias empresas fazem parte de um processo que tem como marco histórico para o Brasil o ano de 2007, com a edição da Lei 11.638/07. Neste momento, na primeira fase, foi aplicado diretamente às empresas que, por obrigação legal, devem prestar contas publicamente aos usuários da informação contábil.

O diferencial da pesquisa é demonstrar a percepção de acadêmicos que participam ativamente da capacitação de profissionais da área contábil que aplicarão nas empresas às normas internacionais de contabilidade. O estudo acrescenta para a academia uma contribuição quanto a necessidade de discutir o tema atual que é a aplicação dos pronunciamentos do CPC que estão correlacionados com as normas editadas pelo IASB.

O problema da pesquisa foi alcançado por intermédio do objetivo que era obter, na perspectiva de mestrandos e doutorandos em ciências contábeis, quais conhecimentos e habilidades são necessários para que um profissional contábil tenha condições de aplicar a norma IFRS para pequenas e médias empresas. Para tanto, foi confeccionado um questionário, que foi enviado por e-mail a 230 pessoas obtendo um total de 60 respondentes.

Na percepção da maioria dos respondentes, os conhecimentos em teoria da contabilidade, ética nos negócios, IASB, CPC, CFC, RFB e CVM são de grande importância para os profissionais e as habilidades, capacidade de entendimento, análise e síntese; busca de conhecimento técnico e geral; antecipação às mudanças; comunicação formal e informal, incluídas na pesquisa, foram consideradas de muita importância para os profissionais da área contábil pelos respondentes.

A pesquisa limitou-se a opinião de acadêmicos, mas sugere-se a replicação do estudo para obter a opinião dos profissionais da área contábil, bem como para obter a opinião dos empresários das pequenas e médias empresas. Por fim, como contribuição à ampliação desta pesquisa, é possível realizar estudo comparativo entre as percepções dos acadêmicos, dos profissionais e dos proprietários de pequenas e médias empresas.

6. REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Alexandre. **EUA: IFRS para PME**. Blog Análise de Balanço. Disponível em: < <http://analisedebalanco.blogspot.com/>>. Acesso em: 03 fev. 2010.

ALCANTARA, Alexandre. **IFRS: Pequenas e Médias não estão prontas**. Blog Análise de Balanço. Disponível em: < <http://analisedebalanco.blogspot.com/>>. Acesso em: 29 dez. 2009.

BARTH; Mary E. . *Global Financial Reporting: Implications for U.S. Academics*. **The Accounting Review**, v. 83, n. 5, p. 1159-1179, 2008.

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altra e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em 20 de abril de 2010.

BRASIL. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 04 dez. 2009.

CESTARI JUNIOR, Hermendes. **Gestão Contábil no Ciclo de Vida da pequena empresa**. Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em: 04 dez. 2009.

G&Cont, v. 1, n. 1, Floriano-PI, Jan-Jun. 2014.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBIES. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 04 dez. 2009.

GOMES, Carlos Jean Vieira; CARVALHO, Daniele da Rocha; OLIVEIRA, Ridalvo Medeiros Alves de. O ensino da disciplina contabilidade internacional: Um estudo comparativo nas IES Capixabas e Potiguares. **RIC – Revista de Informação Contábil**, v. 2, n. 3, p. 22-42, jul-set, 2008.

IFAC – International Education Standards for Professional Accountants. Disponível em: <<http://www.ifac.org/>>. Acesso em: 04 dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia das empresas, 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 27 jan. 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampliada São Paulo, Atlas, 1991.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PELEIAS, Ivan Ricardo, *et al.* Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças**. Universidade de São Paulo. São Paulo. Edição 30 anos de Doutorado. p 19-32. Junho, 2007.

PIRES, Charline B. ; OTT, E. . Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis no Brasil versus Estruturas Curriculares Propostas por Organismos Internacionais. In: 8o. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo. 8º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2008.

PIRES, Charline Barbosa; OTT, Ernani. Estrutura Curricular do Curso de Ciências Contábeis no Brasil versus Estruturas curriculares propostas por organismos internacionais. In: 8º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo, julho de 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientação de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo, Atlas, 2003.

TIBÚRCIO, César. **Normas para PME 2**. Blog Contabilidade Financeira. Disponível em: <<http://contabilidadefinanceira.blogspot.com/>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influência dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. – São Paulo: Atlas, 2005.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige; VANZO, Geni Francisca dos Santos; OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. Conhecimentos e Habilidades para Atuar no Ambiente Internacional de Negócios: A relevância do Ensino de Contabilidade Internacional na Percepção de Alunos do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios – FECAP**. Ano 7, número 18, Agosto 2005.

APÊNDICE

<http://spreadsheets.google.com/viewform?formkey=dGlnQ3QxMElHWf9TQ2ZkSmQ5Zy1uZnc6MA>